



DIREITOS E OS DESAFIOS NA BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NA REDE MULHERES DE REMANSO¹

MUNIZ, Márcia Maria Pereira²; RIBEIRO, Helder Freitas³; VIEIRA, Denes Dantas⁴

² Graduação em Serviço Social pela UFPE (1989), mestrado em Extensão Rural (2018) pela UNIVASF. Coordenadora do SASOP - Programa de Desenvolvimento Local do Semiárido – Remanso - BA. E-mail: marcia@sasop.org.br.

³ Engenheiro Agrônomo, Mestrado e Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e dos Mestrado Profissional em Extensão Rural/PPGExR/UNIVASF e Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/PPGADT/UNIVASF. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

⁴ Bacharelado em Ciências Sociais e Licenciatura em Sociologia, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e dos Mestrado Profissional em Extensão Rural/PPGExR/UNIVASF e Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/PPGADT/UNIVASF. E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br.

RESUMO

As desigualdades de gênero são uma realidade histórica tanto no campo quanto na cidade, nos diferentes contextos socioambientais do Brasil. No Semiárido Brasileiro surgem iniciativas populares e políticas públicas na busca para superar as desigualdades de gênero. O presente trabalho analisou os avanços e desafios na implementação de Políticas Públicas voltadas para fortalecimento da Agricultura Familiar e superação das desigualdades de gênero, constituída no âmbito da Rede Mulheres de Remanso. Nas duas últimas décadas, o acesso às políticas públicas impactou positivamente na vida das mulheres, mas mesmo com estas conquistas evidenciadas através da ação das mulheres em rede, ainda há muito a avançar a fim de garantir a igualdade de gênero e a plena cidadania das mulheres agricultoras. É a partir de experiências com as mulheres se constroem os caminhos para fortalecer as experiências de base agroecológica no Semiárido, em consonância com a promoção da igualdade entre homens e mulheres do campo.

PALAVRAS CHAVES: Equidade de Gênero, Ação em Rede, Mulheres Agricultoras, Agroecologia.

INTRODUÇÃO

A origem da Rede de Mulheres de Remanso está associada ao aumento do número de mulheres assassinadas no município. Assim, a violência e a impunidade pelos crimes cometidos contra as mulheres fez com que próprias mulheres organizassem um ato público em 1983, chamando atenção da sociedade local, quanto a esta forma de violência e cobrando providências do poder público naquele momento.

A partir de 1989, a Rede de Mulheres passou a se organizar por meio da atuação da Diocese de Juazeiro - BA, congregando inicialmente 08 grupos municipais de mulheres no território e constituindo-se enquanto Rede Regional de Mulheres do Sertão do São Francisco Baiano. Na sua criação foi constituída uma coordenação regional, formada por uma representação municipal. É a partir dessa ação que as mulheres agricultoras e pescadoras artesanais passaram a se organizar, desenvolvendo e participando de atividades de formação, visando ampliar o conhecimento sobre as questões de gênero, ao mesmo tempo em que desenvolviam atividades, buscando a geração de renda para as mesmas.

O município de Remanso, espaço de atuação da Rede, está inserido no Semiárido Brasileiro, se

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação "Igualdade de Gênero e Políticas Públicas para mulheres: a experiência da Rede de Mulheres de Remanso – BA", defendida em 19/12/2018, para obtenção do título Mestre no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural– PPGEXR, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, sob orientação do Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas, PPGExR/UNIVASF.



caracteriza pela ocorrência de anos sucessivos de seca e tem resultado na fragilização dos sistemas agropecuários e familiares, baseados em sistemas de cultivos voltados para a produção de alimentos, produção de forragem, pequenas criações de animais, além do extrativismo. Práticas inadequadas de preparo do solo, como as queimadas, o desmatamento têm contribuído para o agravamento das limitadas condições naturais dos solos da região. Isso se confirma em documento elaborado pelo o Território Sertão do São Francisco que apresenta o desafio abaixo:

Modelo de produção agropecuária insustentável com base na exaustão dos recursos naturais, que levam a graves problemas socioambientais como índices crescentes de desigualdade social e desertificação no território, pela utilização de práticas indiscriminadas de desmatamento, queimadas, superpastoreio, uso de agrotóxico, além do uso de energia de alto custo para produção agrícola, e práticas inadequadas de cultivo e criação. (Bahia, *PTDSS*, 2018, p. 36).

A atividade pecuária mais comum é a criação extensiva de caprinos e ovinos, além disso, o município é marcado por conflitos em relação à posse da terra, pela inexistência ou insuficiência de apoio a produção, infraestrutura, equipamentos, adequação sanitária, beneficiamento, logística, certificações dos produtos agrícolas que dificultam o estabelecimento e desenvolvimento de atividades socioprodutivas no contexto do Semiárido.

No Território Sertão do São Francisco apresentam-se realidades distintas que se distribuem em dois ambientes, desde as áreas irrigadas que estão às margens do Rio São Francisco às áreas de sequeiros que são utilizadas principalmente para a criação de caprinos, ovinos, extrativismo e cultivos de ciclos curtos. Uma das representações da criação animal em comunidades desse território é desenvolvida em áreas de uso coletivo, conhecidas como Fundo de Pasto.

O território compreende duas situações distintas no que se refere à agricultura familiar: os agricultores da área de sequeiro, caracterizados pela diversificação da produção, e os agricultores da área irrigada (perímetros irrigados), que cultivam sobretudo frutas com maior escala produtiva e especialização para atender ao mercado exportador e abastecer o mercado interno. Nos municípios localizados na margem do rio São Francisco é comum a atividade de pesca. (MALUF, 2017, p. 222).

Por décadas, as intervenções governamentais eram voltadas para o “combate à seca”, marcadas pelas ações emergenciais e descontínuas, geralmente com a construção de grandes obras hídricas. Associados a este período, tem-se as representações no imaginário brasileiro das mulheres do Semiárido com uma “lata d’água na cabeça”, enquanto representação das restrições no acesso à água e também da dificuldade e da pobreza associada às secas.

Assim, historicamente, as propostas de desenvolvimento nesta região passaram por propostas clientelistas que promovem a dependência e não superam as desigualdades sociais. A partir da década de 1960 e 1970, as propostas de intervenções para um desenvolvimento se materializaram na implantação de



grandes projetos de irrigação. Isso se confirma em análise feita por Rubem Siqueira:

A CHESF-Companhia Hidrelétrica do São Francisco já vem neste contexto do “desenvolvimento”. Foi criada por Getúlio Vargas, em 1945, quando se viu no São Francisco a energia que demandava a industrialização. Resultou que 70% das águas do rio acabaram sacrificadas na produção de 95% da energia que consome todo o Nordeste. Marco decisivo foi a barragem de Sobradinho, construída na Ditadura Civil-Militar, entre 1971 e 1978, para regularizar a vazão e alimentar a cascata de barragens e usinas hidrelétricas a jusante. Possibilitar a irrigação foi outro objetivo da obra. época o reservatório, com 4.214 km², era o maior do mundo em espelho d’água – maior “poça d’água do mundo” dizem os críticos, pois é raso e sofre alta evapotranspiração, porque aqui tem também das maiores insolações ... Assim é que, a partir de 1968, foram instalados os dois primeiros metros públicos de irrigação, o Bebedouro em Petrolina e o Mandacaru em Juazeiro. Seguiram-se depois os outros: Maniçoba, Curaçá, Nilo Coelho Curaçá, Tourão; este dominado pela Agrovale, que tem lá a maior área de cana irrigada do mundo, cerca de 20 mil hectares, com 2,5 safras anuais.No total a área irrigada na região já ultrapassou 100 mil hectares e segue crescendo, com outros por metros públicos sendo implantados no Submédio São Francisco. Empresas privadas nacionais e multinacionais são dezenas. (SIQUEIRA, 2017, p.11).

Este polo de desenvolvimento tem como base os sistemas intensivos dos monocultivos com intensivo uso de agroquímicos, voltados para a exportação. Esses, quase sempre, beneficiam empresas, grandes propriedades rurais e as oligarquias políticas regionais. No Atlas do Agronegócio, Santos e Glass (2018) apresentam um conjunto de informações que demonstra a concentração do mercado de produção e distribuição de alimentos na mão de um número cada vez menor de conglomerados internacionais, chamando atenção para as ameaças que enfrenta o bioma caatinga:

Outro bioma sob ameaça, a Caatinga, apresenta dados ainda mais impressionantes. Nada menos que 93,2% das terras correspondem a propriedades privadas, com apenas 2% do bioma protegido por unidades de conservação. O investimento massivo em projetos de irrigação associados à transposição do Rio São Francisco tem contribuído para a fragmentação do bioma e acelerado o processo de latifundiarização (SANTOS e GLASS, 2018, p.15).

Em contraposição a esta proposta desenvolvimentista e buscando valorizar os modos de vida, organizações socioculturais e produtivas locais que nas últimas décadas têm estruturado uma articulação em rede das Organizações da Sociedade Civil em torno de propostas de “Convivência com o Semiárido” e da “Agroecologia” nos territórios do Semiárido Brasileiro. Estas articulações têm-se pautado nos processos sociais e organizativos locais, bem como na contextualização das propostas de desenvolvimento. Assim, intensificaram-se os processos de intercâmbios e troca de experiências entre agricultores (as) e organizações não governamentais que compõem a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA² e a

² ASA é a principal articulação de maior capacidade de mobilização social e incidência nas políticas públicas junto ao



Articulação Nacional de Agroecologia - ANA³.

As articulações em rede têm sido fundamentais para pressionar os governos, federal, estadual e municipal no processo de proposição de políticas de Convivência com o Semiárido. Isso tem se dado a partir da construção de referências com base nas de experiências bem sucedidas promovidas por agricultores familiares e Organizações da Sociedade Civil. No nível nacional a articulação da sociedade civil e o Estado Brasileiro possibilitou o reconhecimento da Agricultura Familiar por meio de instrumento de lei (Lei n. 11326, de 2006) que define e estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas específicas para este segmento da sociedade.

Na última década, vários programas e políticas foram desenvolvidas pelo governo, em suas diferentes esferas, buscando melhorar as condições de vida dos(as) agricultores(as) familiares⁴ no conjunto da diversidade desta categoria reconhecida. Dentre estas ações, destacam-se a promoção e difusão de Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água de Chuva; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

No âmbito do Território do Sertão do São Francisco, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP tem atuado no campo da promoção da agroecologia desde 1989. Assim, ao longo desses anos, tem contribuído com a promoção e Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER junto às famílias e organizações socioprodutivas da agricultura familiar de base agroecológica.

Uma das ações estratégicas do SASOP tem sido o trabalho de gênero visando contribuir com a superação das desigualdades de gênero e no processo de empoderamento das mulheres, isso vem se dando principalmente através do apoio e assessoria à Rede de Mulheres de Remanso. Esta aproximação e atuação se devem ao protagonismo das mulheres ao longo da constituição desta rede, das representações no âmbito da agricultura familiar no meio rural e organizações urbanas, bem como das envolvidas na pesca artesanal.

Apesar da atuação das mulheres nos espaços de articulação social e do controle de políticas, ações e programas públicos no âmbito do município de Remanso, constata-se que no espaço circundante do município e do Brasil, esta tem se dado de forma limitada. Isto se deve pela expressiva participação dos homens em espaços de articulação e controle de políticas social, ações e programas públicos. Constata-se também que há uma tendência das representações masculinas em defender interesses que não incluem

governo Brasileiro.

³ A ANA envolve os grandes movimentos sociais do campo, ONGs e redes comprometidas com o desenvolvimento rural que tem como base os princípios da agroecologia.

⁴ Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. ([LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006](#)).



especificidades das mulheres, principalmente nos modos de produzir, beneficiar e comercializar, aliado a vida cotidiana dos afazeres domésticos.

Buscando contribuir com a mudança dessa realidade, o SASOP vem desenvolvendo processo de formação com as mulheres e suas organizações. Assim, tem-se trabalhado na formação para a promoção da inserção e empoderamento das mulheres em processos sociais, econômicos e produtivos, bem como o envolvimento destas nas articulações e construção de políticas públicas e seus processos de controle social. Também participa de espaços importantes de discussões e articulações que trabalham a temática de gênero e feminismo, assim destaca a participação no Grupo de Trabalho (GT) de Gênero da ANA e na Rede Feminismo e Agroecologia⁵.

Associação Rede de Mulheres de Remanso foi legalizada em junho de 2005. Segundo o estatuto da Rede de Mulheres esta tem por objetivos:

- I- Promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e consolidação de uma democracia participativa;
- II- Combater todas as formas de discriminação racial étnica e de gênero como obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;
- III- Estimular as mulheres na luta por igualdade de oportunidade e de tratamento; incentivar melhores condições de trabalho, assistência e aperfeiçoamento profissional. (Estatuto Rede de Mulheres, 2004, p.1).

Assim a Rede de Mulheres tem contribuído com a auto-organização das agricultoras do município de Remanso, apoiando os grupos de mulheres, sendo esses grupos espaço de formação, visando ampliar os conhecimentos e construir estratégias para combater os diversos tipos de violência cometida sobre as mulheres, além disso, a Rede também tem apoiado o desenvolvimento das atividades produtivas dessas mulheres numa perspectiva da Convivência com o Semiárido e da agroecologia, como estratégia de contribuir no processo de ampliação da autonomia das mulheres e na redução das desigualdades de gênero no meio rural.

Para as trabalhadoras rurais, os grupos de mulheres têm sido um instrumento importante de luta no combate à violência. Os grupos são espaço de formação, socialização e, também, de tomada de consciência. Consciência da situação de desigualdade e opressão a que são submetidas na sociedade. Compreensão de que o seu fortalecimento é também o fortalecimento das outras mulheres do movimento e da autonomia. Nos grupos, as mulheres constroem outras formas de ver o mundo, resistência,

⁵ A rede surgiu a partir do projeto denominado "A E , Feminismo e Agroecologia" se estabeleceu através da parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Universidade Federal do Ceará - UFC e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas – DPMRQ, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O projeto teve como objetivo desenvolver processos formativos em rede junto às organizações, movimentos sociais mistos (que integram mulheres e homens) e feministas, que atuam no campo agroecológico em chamadas públicas específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural: ATER Mulher e ATER Agroecologia. (MORAES, et al., 2018)



alternativas de produção, e forjam na luta ferramentas para mudar o mundo.

Dessa forma, é importante observar que as agricultoras que integram a Rede de Mulheres são protagonistas da construção de novas relações sociais, tanto na vida privada, como na esfera pública, participando dos processos de concertação de políticas, dando visibilidade às suas experiências e propondo programas e ações que contribuam no processo emancipatório das mulheres e na melhoria das condições de vida das agricultoras familiares.

METODOLOGIA

O estudo teve como fundamento a pesquisa-ação, por entender a importância do protagonismo dos/as agricultores/as familiares no processo de construção de conhecimentos para a intervenção na realidade, partindo de sua própria cultura e dos seus espaços de sociabilidade já existentes. Como afirma Richardson (2003, p.7) a pesquisa-ação tende a ser cíclica, participativa, qualitativa e reflexiva, tendo como base um conjunto diferente de princípios, que tentam assegurar a participação e a mudança.

Assim, para compreender os impactos das Políticas Públicas e sua contribuição para apoiar as experiências, envolvendo as temáticas da Convivência com o Semiárido, a partir da perspectiva de gênero, optou-se pela pesquisa-ação. Partindo da compreensão de Neto (2003) que entende que “é possível descobrir a realidade local a partir da ação daqueles que vivem na própria região e com eles implementar processos de sistematização”.

Para a realização desse estudo, as participantes foram sujeitos da produção de conhecimento.

Segundo, Thiollent (1996, p.18), dentre os objetivos da pesquisa-ação o autor destaca:

(...) os objetivos são voltados para a tomada de consciência dos agentes implicados na atividade investigada. Nesse caso, não se trata apenas de resolver um problema imediato e sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político ou cultural a respeito dos problemas importantes que enfrenta, mesmo quando não se veem soluções a curto prazo.

Este trabalho se propõe a realizar uma análise sobre a perspectiva do ecofeminismo⁶ no contexto do Semiárido Brasileiro, tendo como aspectos a serem analisados, em detalhe, atitudes emancipadoras, valorização sociocultural, o protagonismo das mulheres na sustentabilidade do campo e naturalmente da produção até a comercialização.

Aqui se optou por trabalhar com a técnica de Grupo Focal, vista como uma das estratégias metodológicas mais adequadas para o levantamento das informações que são objeto dessa pesquisa-ação.

⁶ Segundo Vanda Shiva, “o ecofeminismo, como seu nome indica, é a convergência da ecologia e do feminismo”. Ela é uma das pioneiras do movimento ecofeminista e diretora da Fundação para a Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Ecologia, em Nova Déli.



Como destaca Neto (2002:3), sua organização e sistematização adotam uma diretriz didático-pedagógico que envolve a apresentação por tópicos dos temas discutidos.

Na realização das atividades de campo da pesquisa, foram realizados 06 (seis) encontros com Grupo Focal tratando de diferentes temáticas. A composição dos participantes dos encontros com o Grupo Focal foi definida a partir de um critério de representatividade das comunidades que integram a Rede de Mulheres de Remanso. Em diálogo com a coordenação da Rede Mulheres, formou-se um grupo de representantes da Rede integrado por no mínimo 01 (uma) animadora por comunidade que integra a Rede.

Desta forma, mobilizou-se uma liderança de cada comunidade em que a Rede atua. Entretanto, durante a realização das atividades da pesquisa-ação, houve a participação de 38 mulheres, o que aponta para uma maior participação do que o previsto inicialmente de 01 (uma) representante por comunidade. Assim, houve representação nas atividades com o Grupo Focal de 15 comunidades rurais, além de 02 lideranças que têm atuação na sede e 03 pescadoras artesanais. No 6º encontro com o Grupo Focal foi realizada uma atividade para socialização dos resultados dos encontros anteriores. Esse momento também serviu para promoção de uma devolução, checagem e complementação das informações anteriormente levantadas.

No início de cada encontro com o Grupo Focal foram realizadas atividades de apresentação das principais reflexões, sistematizações e conteúdos debatidos nos encontros anteriores. Como afirma Gui (2003, p. 157), esse é um espaço de reconhecimento do papel de sujeitos sociais desempenhados pelos participantes, aptos à expressão de ideias que podem ser confirmadas, contestadas, ampliadas ou alteradas pela interlocução com outros indivíduos.

A realização dos encontros mediados por Grupo Focal foi fundamental no processo investigativo da pesquisa. Nesta atividade buscou compreender a problemática das mulheres no acesso às Políticas Públicas e seus desafios visando à superação das desigualdades de gênero no contexto do fortalecimento da agricultura familiar do município de Remanso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rede de Mulheres acompanha grupos de mulheres em 16 comunidades e um grupo na sede do município, congregando em sua maioria as pescadoras artesanais. Em cada comunidade há uma animadora de grupo, cuja coordenação é formada por um representante por comunidade. Inicialmente é prevista a realização de 03 encontros com as animadoras e 03 reuniões por comunidade. A cada ano na assembleia é definido o tema que será trabalhado. No momento, a Rede trabalha a temática “Mulher em rede Contra a Violência”, foi o tema trabalhado na feira e o tema a ser trabalhado nas reuniões em comunidades:

Na abordagem feminista, as questões culturais que oprimem as mulheres são questionadas. Valores culturais, como a necessidade de um chefe de família, são postos em xeque. Discute-se como se dá a dinâmica familiar, e o quanto e como a agricultora está envolvida em todo o processo produtivo e reprodutivo. Colocam-se em discussão as relações de poder existentes no interior das



famílias, vindo à tona o quanto, na maioria dos casos, as mulheres estão na família em desigualdade de poder e envolvidas em relações opressivas. (FERREIRA, 2016, p.258).

Considerando a necessidade de fortalecer o trabalho da Rede de mulheres, suas integrantes apontam como prioridades: a necessidade de continuar investindo no processo de formação das mulheres, trabalhando na sensibilização e no aprofundamento da discussão de gênero, violência contra a mulher, autoestima, realização da Campanha educativa “Pela divisão justa do trabalho Doméstico: Direitos são para as Mulheres e Homens, responsabilidade também”⁷; segurança alimentar e nutricional; pensar estratégias para melhorar o processo de comercialização dos produtos dos grupos de mulheres; buscar ampliar a participação de mulheres jovens nas atividades da Rede; as mulheres também priorizam a agroecologia como estratégia para dar visibilidade às experiências de produção agroecológicas que vem sendo construídas pelas mulheres:

Ao trabalhar a agroecologia, uma nova perspectiva de vida se abre para as mulheres e muitas transformam suas vidas de forma diversa: (i) passam a ter acesso ao dinheiro obtido pela comercialização de seus produtos; (ii) empoderam-se com as informações obtidas em atividades diversas de formação (intercâmbios, seminários, reuniões, encontros, etc), passando a se sentir mais capazes e a expressar suas opiniões; (iii) replicam o efeito e fortalecem outras mulheres; e, por fim, (iv) contribuem para mudanças positivas de suas famílias. (FERREIRA, 2016, p.257/258).

Durante a realização das atividades da pesquisa, buscou-se perceber a compreensão das mulheres sobre feminismo, pode-se observar que existem níveis diferentes de conhecimento, mas de forma geral, as falas expressam a luta pela emancipação das mulheres. Para as integrantes da Rede, feminismo significa: empoderamento das mulheres, luta das mulheres por direito, romper com o machismo, ampliar a participação das mulheres, coragem das mulheres para romper com capitalismo, acabar com preconceito contra mulher, igualdade de direitos e o fim do feminicídio:

Feminismo nunca matou ninguém, ao contrário do machismo que mata todo dia. Nós mulheres quando reunimos em busca dos nossos direitos, estamos querendo quebrar na verdade esse machismo que está destruindo as mulheres, rebaixando o papel das mulheres. Temos que ser unidas para termos experiências bem sucedidas, unidas para fazer a diferença, uma só fica difícil, fica mais fácil fazer isso de forma conjunta para lutarmos por nossos direitos. (Grupo focal 18/07/2018).

Percebe-se que na sua trajetória a Rede contou com o apoio de algumas organizações que contribuíram e deram sustentação para a Rede realizar suas ações. Esses apoios foram materializados com

⁷ A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico foi um dos resultados do processo de construção coletiva do Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia desenvolvido entre os anos de 2014 a 2017, que reuniu uma diversidade de mulheres de todos os estados do Nordeste. A Campanha teve seu primeiro lançamento durante o VI Seminário de formação do Projeto “A E , Feminista e Agroecologia”, realizado em março de 2017. (MORAES, et.al, 2018).



o desenvolvimento de projetos mobilizados pelas ONGs que atuam no município, tendo isso a realização de ações conjuntas com a Rede ou mesmo através de Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Assim, uma equipe técnica presta assessoria técnica às integrantes da Rede de Mulheres nas comunidades em que esses Projetos vêm sendo executados. A operacionalização dessas ações articuladas se dá através de reuniões com a coordenação e técnicos/as dessas organizações, com objetivo de planejar e avaliar as ações envolvendo as integrantes da Rede de Mulheres.

Constatou-se que o trabalho realizado pela Rede de Mulheres foi relevante para as mulheres agricultoras e pescadoras artesanais, fomentando a auto-organização. Tais ações abriram caminhos para a construção de novas relações sociais na família, na comunidade e em outros espaços que elas circulam e há um reconhecimento na melhora da sua autoestima. O poder da cultura patriarcal limita a ação das mulheres, estas se sentem desvalorizadas, o trabalho realizado por elas, tanto o trabalho produtivo, como o trabalho reprodutivo são relegados a invisibilidade.

Pode-se observar que as experiências de produção agroecológicas protagonizadas pelas mulheres foram potencializadas pelos projetos executados pelo SASOP, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA e, nos últimos anos pelo apoio do governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento e ação Regional - CAR. Isto se deu, principalmente, pelo o acesso as políticas públicas, experiências que têm contribuído para ressignificar o Semiárido e a vida dessas mulheres que vivem nesta região.

É importante ressaltar que as famílias que vivem no Semiárido nas áreas de sequeiro, sofreram pouca influência da revolução verde. Isso se confirma em análise feita por Siliprandi 2015, p.272 , “por ser uma região de agricultores pobres, a Revolução Verde não os atingiu com tanta força, pelo alto custo dos insumos e equipamentos necessários”. Por outro lado o Estado apoiou no território Sertão do São Francisco a implantação dos projetos de irrigação tendo como base os princípios da revolução verde, com uso de máquinas, fertilizantes químicos, agrotóxicos visando o aumento da produtividade. Paralelamente agricultores familiares vêm resistindo a adoção desse modelo e as mulheres a partir de suas práticas têm cumprido o papel de guardiã da biodiversidade nos processos de experimentação agroecológica. Elas são “produtoras de bens e gestoras do meio ambiente, assim como portadoras de uma lógica não destruidora com relação à natureza”. (SILIPRANDI, 2015, p.102) . Assim, o trabalho realizado pela Rede de Mulheres serviu para valorizar e dar visibilidade a sua contribuição nos sistemas de produção familiar e a articulação de diversos grupos serviu para fortalecer o processo de organização das Mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rede de Mulheres tem sido um importante ator político e instrumento de mobilização social, na medida em que tem contribuído no processo de organização das mulheres agricultoras e pescadoras artesanais, na defesa de seus direitos e na luta por igualdade e autonomia para esses sujeitos, também foi



possível constatar os significados e a relevância das políticas públicas para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido protagonizado pelas mulheres. Esta organização tem contribuído para promover mudanças significativas na vida das famílias que vivem na região Semiárida. Constatou-se o reconhecimento, por parte das animadoras da Rede de mulheres, tais mudanças iniciam-se quando as mulheres passam a ter acesso à água de consumo humano por meio do P1MC, ação promovida pela Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA.

Assim pode-se concluir, a partir das ações da Rede de Mulheres de Remanso, que as iniciativas da sociedade civil congregadas pela ASA foram fundamentais para ampliar os programas e ações para o Semiárido. Tais ações perpassaram às políticas e programas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal. Dessa forma contribuíram para ampliar e fortalecer as ações de Convivência com o Semiárido.

O processo de organização das mulheres e de mobilização e de incidência política contribuiu no acesso às políticas de previdência e assistência social, programas sociais de transferência de renda, programa luz para todos, assistência técnica, seguro safra, seguro defeso, entre outras, impactando positivamente na vida das mulheres, como a melhoria das condições financeiras e as condições de vida de toda a família.

Mesmo com a ampliação das políticas públicas para as famílias que vivem no Semiárido, constata-se a partir da experiência da Rede de Mulheres de Remanso que ainda são necessários esforços para implementar programas e políticas públicas com recorte de gênero. É fundamental a articulação dos diversos setores do Estado na promoção da igualdade de gênero por meio de ações específicas e da implementação de ações de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento rural sustentável.

A realização desta pesquisa-ação possibilitou reflexões e reavaliações frente às conquistas e desafios que se apresentam para a organização das mulheres. Neste sentido, também produziu a construção de saberes e a identificação de pontos positivos e problemas a serem enfrentados. Assim, a partir da sua trajetória a Rede de Mulheres de Remanso demonstra que através da organização de grupos de mulheres é possível romper as barreiras da lógica patriarcal, promover mobilização social e resistência para a luta por autonomia, bem como construir caminhos para a promoção da igualdade entre homens e mulheres do campo.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Sertão do São Francisco – PTDSS**. Juazeiro, 2018.

BRASIL. Lei n 11326/2006: **Política Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível www.deser.org.br /, acesso: 19/02/2017.

FERREIRA. Ana Paula Lopes. **AGRICULTORAS DO PAJEÚ: FEMINISMO E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**. Revista Pegada o vol. 17, n.1, Julho 2016

GUI, Roque Tadeu. **Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 3(1), pp. 135-159. 2003.



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
"TERRA, MULHERES E SUSTENTABILIDADE"

MALUF Renato S. e LUZ, Lidiane Fernandes da. **Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional**. In: Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas Ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MORAES, Lorena Lima de, et al. **Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste**. Revista Interterritórios, revista de educação – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Caruaru, Brasil, v. 4, n. 06, 2018.

NETO, José Francisco de Melo. **Pesquisa-Ação: aspectos práticos nos movimentos sociais populares e em extensão popular**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.

NETO, Otávio Cruz. **Grupos Focais e Pesquisa social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. In: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf. Acessado 25 de abril de 2018.

Rede de Mulheres de Remanso. **Estatuto Social da Rede de Mulheres**. Remanso, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org). **Pesquisa-Ação: princípios e métodos**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003. SIQUEIRA, R. **Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco**. EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf, América do Norte, 5, sep. 2017. Disponível, em: <http://www.periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1051/708>. Acesso em: 09 Nov. 2018.

SANTOS Maureen, GLASS Verena, (organizadoras). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich B II, 2018.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 7ª edição. Editora São Paulo: Cortez; 1996.